



**CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA
DE ENERGIA, TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO
Ata da 43ª reunião, realizada em 17 de dezembro de 2020**

1 Em 17 de dezembro de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de
2 Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização
3 (CIF), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio
4 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes
5 conselheiros titulares e suplentes: o presidente Renato Teixeira Brandão,
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Leorges de Araújo
7 Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Pedro Oliveira de Sena
8 Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Felipe
9 Dutra Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra);
10 Magid Figueiredo Ali, da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
11 (Cohab-MG); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro, da Companhia de
12 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Luiz Gonzaga Chaves
13 Campos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
14 (Crea-MG). Representantes da sociedade civil: Hélcio Neves da Silva Júnior, da
15 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Walter dos Santos
16 Pinheiro Filho, do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de
17 Minas Gerais (Sicepot-MG); Paulo José de Oliveira e Maria Teresa Viana de
18 Freitas Corujo, da Associação Pró Pouso Alegre (Appa); José Hermano Oliveira
19 Franco, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá);
20 Rodrigo Leite Deslandes Pinheiro de Araújo Moreira, da Associação Brasileira de
21 Engenheiros Civis de Minas Gerais (Abenc-MG); Jocilene Ferreira da Costa, da
22 Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). **Assuntos em pauta. 1)**
23 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
24 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Renato Teixeira Brandão declarou aberta
25 a 43ª reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte,
26 Saneamento e Urbanização. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
27 **ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **4) EXAME DA ATA DA 42ª**
28 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 42ª reunião da Câmara de
29 Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização,
30 realizada em 26 de novembro de 2020. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
31 Cohab, Codemig, Crea, CMI, Sicepot, Appa, Angá, Abenc e Uemg. **5)**
32 **CADASTRO/RECADASTRO DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS 2020 NO**
33 **ÂMBITO ESTADUAL. Apresentação: Subsecretaria de Gestão Ambiental e**
34 **Saneamento (Suges).** Em atendimento a solicitação de conselheiros, foram
35 apresentadas pela Suges, nesta sessão, informações sobre o
36 cadastro/recadastro das entidades ambientalistas 2020 no âmbito estadual. O

37 conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta. Manifestações. Conselheiro
38 Paulo José de Oliveira: “Primeiro, agradecer à Fernanda (Wasner,
39 Suges/SEMAD). Realmente, ela esclareceu a situação do meu cadastro. O que
40 eu coloco e reforço é o seguinte. Nós concordamos com o cadastro, porque é uma
41 forma de as ONGs acessarem o COPAM, as instâncias, para se candidatar, para
42 se colocar para ocupar as cadeiras nos pleitos eleitorais. Uma das minhas
43 questões é, por exemplo, da Appa, que já estão explicados os problemas técnicos,
44 que nós tivemos que refazer o cadastro várias vezes. Mas o que eu gostaria de
45 deixar ainda como questionamento é a forma como é exigido das ONGs, tipo um
46 relatório. É imposto um relatório com questões que, às vezes, até dificultam para
47 as ONGs. As ONGs não são como uma empresa que tem departamento por
48 conta, jurídico, alguém que cuida do acervo. Nem todas têm esse aparato, e às
49 vezes nem sempre nós podemos estar preenchendo tanta coisa que se cobra. Na
50 verdade, cobra-se muita coisa das ONGs que, com certeza – e até esse próprio
51 cadastro –, não se exige das empresas que estão no COPAM. Por exemplo, as
52 ONGs têm que se revezar para se candidatarem, e vemos as entidades que
53 representam empresas se perpetuando nas cadeiras até bem há pouco tempo.
54 Embora na última tenhamos visto uma mudança, um pouco, mas continuaram os
55 mesmos representantes. Para as ONGs, parece que há um dificultador para
56 participação, parece que há algo que dificulta a nossa participação, ainda mais
57 que somos uma minoria na Câmara. Embora se fale que é paritária, nós sabemos
58 que, na prática, não é isso. O próprio Ministério Público está colocando isso para
59 o COPAM, questionado essa questão de paridade. Não há paridade. A minha
60 questão de querer ver um pouco essa questão do cadastro é isso, as ONGs
61 acabam sendo penalizadas com trabalho e retrabalho, que não vimos nas outras
62 partes dos componentes do COPAM. E devia facilitar um pouco para as ONGs,
63 porque as ONGs não têm as condições que o empresário e que os próprios
64 representantes do governo têm. Por exemplo, os representantes dos governos e
65 praticamente dos empresários que representam o poder econômico, eles têm
66 salário para estar aí, eles estão ganhando, ganham para estar neste horário
67 fazendo reunião. As ONGs, não. É bom lembra isso, nós das ONGs somos
68 voluntários. E aí paramos os nossos trabalhos para fazer esse nosso papel de
69 cidadania, de doação mesmo para a comunidade. Só que é preciso entender isso,
70 nós fazemos um sacrifício muito grande para estar aqui, embora, como já foi dito
71 pelo Ministério Público no documento mandado sobre o COPAM, as deliberações
72 já venham quase que praticamente prontas. Nós já somos sempre voto vencido,
73 haja vista a Teca hoje nos representando e combatendo. O negócio já está pronto,
74 os órgãos do governo votam com o que a empresa está colocando, embora
75 questionem, pedem essa condicionante ou pedem aquela e tal. Mas aprovam.
76 Aquilo que a entidade fala e coloca, às vezes, ‘tudo bem’, mas não se leva em
77 consideração. A única coisa que se faz, que ainda nos mantém nas instâncias,
78 nas cadeiras, é que ficam registrados em ata nossos votos contrários, nossos
79 apelos para os riscos que tem. Eu vou dar um exemplo para os companheiros

80 entenderem. Na minha cidade, nós lutamos para não colocar um aterro sanitário
81 lá, por mais evoluído que ele fosse. Aí o COPAM aprovou nos garantindo que não
82 teria problema nenhum, que estava tudo dentro da técnica, tudo ok, que era coisa
83 de primeiro mundo. No segundo ano, nós já tivemos que socorrer a comunidade,
84 porque sofreram com derrame de chorume, o pessoal adoeceu e foi para o pronto-
85 socorro; as estradas estão cheias de lixo que os caminhões passam deixando; a
86 barulhada de noite, por mais que tenha o aparato de árvores ao redor do aterro,
87 não se dá conta; um prefeito entra e olha com carinho, outro olha e deixa para lá.
88 Nós tivemos um prefeito que não cuidou do aterro, e o negócio virou um
89 pandemônio na área, porque se colocavam as valas, e não tinha tratamento; os
90 catadores e recicladores ficaram desorientados e acabaram que não deram conta.
91 O negócio virou um pandemônio. Então não podemos aprovar só porque o
92 empresário apresenta que está tudo ok. Porque o governo aprova é o que o
93 empresário põe no papel. E aí, infelizmente, nós que somos das ONGs, que nos
94 preocupamos com a comunidade, com a sociedade, colocamos os problemas, e
95 os problemas são praticamente quase que ignorados. Então vale o que está no
96 papel. Não tem nada a ver com o cadastro e recadastro, mas é só para vocês
97 entenderem a importância que entendemos de estarmos nas Câmaras, que
98 queremos estar, mas queremos ver isso facilitado, queremos ver que realmente o
99 Estado nos quer aqui, que quer nos ouvir realmente. Porque não adiantar falarmos
100 e não sermos ouvidos, e não ser considerado. Nós temos todo esse trabalho de
101 manter a entidade em dia. A entidade gasta, no mínimo, R\$ 800 só para manter
102 documento em dia, e nós não temos arrecadação. Sai um edital para ajudar as
103 ONGs, mas o dinheiro é carimbado. Para manter a entidade, pagar um contador,
104 um escritório, não tem dinheiro. Nós temos que tirar dinheiro do bolso para pagar
105 viagem, correio, inspeção, técnico, fiscal. Então é muito difícil. Eu sei que tem
106 muito empresário que deve estar rindo da minha falar e falando assim: 'Que bom
107 que é assim, que incomodam menos'. Mas nós, como preservacionistas, a luta
108 nossa está muito inglória, muito árdua. Então nós queremos que o aparato do
109 Estado nos auxilie um pouco mais, escute um pouco mais as ONGs e questione
110 um pouco mais o capital, a produção. Nós não somos contra a produção, nós
111 somos contra a produção que está, por outro lado, destruindo o nosso meio
112 ambiente, o nosso Estado. Não é só a questão de gerar riqueza, nós temos que
113 gerar futuro também, nós temos que preservar futuro. E não estamos pensando
114 no futuro, estamos pensando no aqui agora. 'Vamos explorar, vamos tirar, vamos
115 acabar. Na hora que acabar, nós damos um jeito.' E nós sabemos que não pode
116 ser por aí. Então eu quero agradecer a atenção especial da Fernanda, da nossa
117 amiga que nos auxiliou nessa resposta, mas o meu apelo aqui é que sejamos
118 escutados com mais carinho, olhados com mais carinho. Porque senão, daqui a
119 pouco, as ONGs vão ter que estarem se retirando dos colegiados, porque está
120 sendo inglório. Nós só temos trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, e o lucro, no
121 sentido de ter vitória, não temos. Eu vou dar o exemplo de Mariana, que tem voto
122 nosso contrário antes do desastre, tem falas nossas. E o que aconteceu? 'Não,

123 está tudo bem, está tudo ok.’ E aí acontece. Então é sentido que eu quero
124 aproveitar a minha presença e a minha fala para deixar mais esse apelo para
125 vocês. Me desculpem se eu excedo na fala, na exaltação, mas é porque nós
126 estamos sofrendo e queremos um olhar mais carinhoso do governo, que tem a
127 caneta na mão, o poder na mão. Então que seja feito isso.” Presidente Renato
128 Teixeira Brandão: “Eu só queria comentar que o objetivo da Secretaria como um
129 todo, e do Sisema, é o desenvolvimento sustentável, e isso nós temos tentado
130 trazer aqui. Há uma análise técnica das equipes com relação a esses processos,
131 e eu pelo menos aqui como presidente desta Câmara tenho escutado todos que
132 trazem considerações nos processos, e nós vamos seguir essa toada. Nós
133 estamos passando por todos os itens, discutindo exaustivamente as questões,
134 continuaremos fazendo desse jeito, qualquer que seja a manifestação de qualquer
135 um dos atores. Com relação ao cadastro e à dificuldade para esse cadastro, estão
136 registradas as dificuldades que as ONGs têm para fazer esse cadastro, e acho
137 que vale a pena depois vocês sentarem mais com a Fernanda, que coordena essa
138 questão do cadastro, para ver o que pode ser ajustado para não ficar tão difícil
139 essa questão que você relatou, mas cumprindo os requisitos mínimos.” Fernanda
140 Carla Wasner Vasconcelos/SEMAD: “Só deixar claro que o que nós pedimos no
141 relatório é uma orientação de ações que podem ser apresentadas, e só podemos
142 computar o que realmente é comprovado, e isso é uma forma que temos também
143 de valorizar o trabalho das ONGs, que sabemos as ONGs fazem junto às
144 comunidades. Então é um momento de se deixar um registro das atividades que
145 são feitas. Essa também é a intenção do relatório. A intenção não é, em momento
146 nenhum, prejudicar, e, sim, valorizar o que é feito e ter o registro do que é
147 realizado, principalmente na área de educação ambiental, nos diferentes
148 territórios que nós temos em Minas Gerais, que é uma pluralidade que precisa ser
149 conhecida e contemplada. Então nós continuamos à disposição, o e-mail está à
150 disposição. Inclusive, têm o meu telefone, fiquem à vontade, porque não são
151 críticas, são oportunidades de melhoria para um processo. Algumas coisas nós
152 podemos melhorar, outras nós não teremos como ceder, porque fazem parte do
153 processo. Mas nós estamos à disposição para escutar.” **6) PROCESSOS**
154 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE**
155 **OPERAÇÃO. 6.1) Consórcio AHE Porto Estrela. Sistemas de geração de**
156 **energia hidrelétrica, exceto Central Geradora Hidrelétrica - CGH. Joanésia,**
157 **Braúnas e Açucena/MG. PA 00171/1994/010/2005. Classe 6. Apresentação:**
158 **Supram Sul de Minas. Retorno de vista: CMI, Sicepot e Sede.** Processo
159 baixado em diligência pela Presidência atendendo sugestão do relato de vista
160 conjunto de CMI, Sicepot e Sede, corroborada pela área técnica da Supram Sul
161 de Minas nesta sessão. Declaração da Presidência para baixa em diligência.
162 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Conforme solicitação feita no relato de vista
163 e corroboração da situação pela equipe técnica da Supram, esse processo vai ser
164 baixado em diligência para prosseguimento na análise dos documentos e na
165 atualização das informações. E esta Presidência ainda pede que essa análise seja

166 realizada de forma prioritária dos projetos na Supram. Então esse processo está
167 baixado em diligência a partir do que foi apresentado tanto pela Supram quanto
168 no relato de vista.” **6.2) Vital Engenharia Ambiental S/A. CTR Macaúbas. Aterro**
169 **sanitário, inclusive aterro sanitário de pequeno porte; aterro para resíduos**
170 **não perigosos, classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos**
171 **da construção civil; estação de tratamento de esgoto sanitário; base de**
172 **armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos**
173 **derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis**
174 **automotivos; disposição final de resíduos de serviços de saúde (Grupos A4,**
175 **B sólido não perigoso, E sem contaminação biológica, Grupo D, e Grupos**
176 **A1, A2 e E com contaminação biológica submetidos a tratamento prévio) em**
177 **aterro sanitário, aterro para resíduos não perigosos, classe II A, ou célula de**
178 **disposição especial; área de triagem, transbordo e armazenamento**
179 **transitório e/ou reciclagem de resíduos de construção civil e volumosos.**
180 **Sabará/MG. PA 00543/2001/012/2016. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016,**
181 **artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de Minas. Retorno**
182 **de vista: Appa.** Renovação de licença aprovada por maioria nos termos do
183 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Cohab, Codemig, Crea,
184 CMI, Sicepot, Angá, Abenc e Uemg. Voto contrário: Appa. Justificativa de voto
185 contrário. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Voto contrário pelas
186 razões apontadas no nosso parecer de vista.” Transcrição requerida pela Appa e
187 a CMI /manifestações registradas antes da votação do processo. Conselheira
188 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós queremos vista porque houve uma
189 demanda do território de Sabará. As considerações foram feitas em conjunto com
190 cidadãos desse município, do Movimento Eu Rejeito Barragem’, junto com o
191 Movimento pelas Serras de Águas de Minas, que eu também integro. Nós
192 anexamos ao parecer da Appa três documentos. Um deles é o ‘Conhecendo
193 Aterro Sanitário’, anexo 1. O complemento, em 6/12 deste ano, é o anexo 2. E
194 fotos do aterro, através da IDE, o anexo 3, e nós deixamos clara a importância de
195 esses documentos serem conhecidos no nosso parecer. Esse documento anexo
196 1, recebido de cidadãos de Sabará, trouxe informações sobre o histórico desse
197 empreendimento, e alguns deles nós colocamos no texto do parecer de vista,
198 precisamente porquê o parecer do Estado não trazia essas informações, que
199 consideramos muito importante deixar claro. Uma delas tem a ver, realmente, com
200 a quantidade de aterro e movimentação nesse aterro sanitário. Uma das
201 informações é de que foi construído com uma capacidade para receber 54
202 toneladas/dia de lixo e passou a receber algo em torno de 5.000 toneladas/dia de
203 lixo. Uma outra informação – que veio não só nesse anexo, nesse documento,
204 como durante as conversas para se prepararem esse parecer de vista – é que,
205 além dessa movimentação grande de caminhões vindos de vários municípios – e
206 realmente com uma capacidade de movimentação muito maior do que no início
207 tinha sido apresentada para a comunidade –, também tem essa questão das
208 explosões ligadas a ser um aterro sanitário que vêm preocupando muito as

209 pessoas, principalmente dos pais ao redor do aterro sanitário. Nós também
210 transcrevemos no parecer outras informações retiradas desse documento,
211 inclusive, denúncia que envolveu um auto de fiscalização e um auto de infração,
212 relacionada com um assoreamento, que trouxe questões envolvendo a APP do
213 Córrego de Sobradinho, na gleba Algodões, além de promover o assoreamento
214 da sua calha. E essas questões, juntando com o que nos trouxeram da
215 comunidade do histórico desse empreendimento, ficou claro um ponto-chave: não
216 é um aterro sanitário que desde que começou a sua operação vem tendo o
217 cuidado e o devido controle ambiental. Nos preocupa o fato de, inclusive, ter um
218 outro processo em licenciamento, que é da ampliação, precisamente nessa área
219 chamada Algodões, que tem uma Licença de Operação em análise, o que
220 significaria a possibilidade de ampliação maior ainda dos impactos que já existem
221 com a licença que o empreendedor tem. Não existem informações – é uma das
222 condicionantes não totalmente atendidas – do total de volume de material que
223 está chegando a esse aterro, inclusive porque as pessoas de Sabará percebem
224 que são caminhões vindos de vários municípios, e não existe essa informação
225 para realmente quantificar o total que está sendo disponibilizado no aterro. E a
226 conclusão que nós tiramos junto com as pessoas e os grupos de Sabará que
227 fizeram essas contribuições ao parecer de vista da Appa é que esse aterro
228 realmente, desde o seu início, não vem cumprindo a legalidade do devido controle
229 ambiental, tem questões graves, inclusive, com interferências na área de recarga
230 hídrica. O próprio Parecer Único, que está aqui apresentado nesta Câmara,
231 inclusive, afirma que para se poder realmente afirmar categoricamente se a
232 impermeabilização do aterro prejudica ou não a vazão da água no entorno se faria
233 necessário um estudo bem mais longo e completo, com mapeamento geológico e
234 estrutural da região. Só que, se realmente não se pode afirmar categoricamente
235 que a impermeabilização prejudica ou não a vazão de água no entorno, lógico
236 que não há como se cogitar qualquer renovação dessa LO e muito menos uma
237 nova Licença de Operação para a ampliação desse impacto. Lembrando que nós
238 estamos falando de um aterro sanitário do lado de um afluente importante do rio
239 das Velhas, o que significa uma demanda de maior atenção pelo princípio da
240 precaução, porque, inclusive, o rio das Velhas, no restante do seu percurso até a
241 foz, tem usuários e tem o seu papel como rio. Então essa questão de estarem
242 faltando estudos suficientes para dizer se a impermeabilização está interferindo
243 ou não com recursos hídricos realmente é chave também. No nosso
244 entendimento, não há como cogitar a ampliação nem a renovação dessa licença
245 de ampliação. Nós percebemos que essa questão hídrica, realmente, no parecer
246 0517261, deste ano, não veio detalhadamente avaliada e apresentada aos
247 conselheiros e ao público. Então houve uma contribuição de se colocar no nosso
248 documento mapas da própria IDE, com a localização do aterro, com as
249 drenagens, precisamente para mostrar que isso é chave em relação a esse aterro
250 sanitário. Nós estamos falando de uma situação gradativa de problemas de
251 escassez hídrica e de situações na bacia do rio das Velhas que demandam muito

252 mais atenção do que demandariam a mais anos atrás. E a circulação de veículos,
253 eu já falei no nosso parecer, bem detalhado, que estão vindo de vários municípios,
254 e não se sabe realmente a quantidade que está chegando ao aterro, e, inclusive,
255 provavelmente, não houve adequada caracterização da área de influência direta.
256 Porque, por exemplo, o bairro Paciência, que está enfrentando graves problemas
257 de impacto socioambiental pela passagem desses caminhões de lixo dentro do
258 bairro, não consta como um dos bairros com impactos socioambientais. Então o
259 estudo para avaliar essa percepção da população indicou quais são as
260 comunidades que estão sendo impactadas, e o bairro Paciência não consta.
261 Então está havendo uma falha grave na área de influência direta desse
262 empreendimento. Esses moradores no entorno do aterro, tanto com mau cheiro
263 quanto com a questão do próprio tráfego; está sendo omitida essa população. Isso
264 é grave em um processo de renovação, que envolve também um outro processo
265 de ampliação. E o não cumprimento de condicionante. No caso, a condicionante
266 de informar realmente quais são os municípios e o volume de material que está
267 sendo depositado no aterro não foi cumprida. Então o nosso entendimento é pelo
268 indeferimento desta Licença de Operação da Vital que foi pautada nesta Câmara
269 do COPAM. A renovação da Licença de Operação, o nosso parecer é pelo
270 indeferimento, pelas razões já apontadas.” Conselheiro Hélcio Neves da Silva
271 Júnior: “Tem 11 anos que eu trabalho com licenciamentos de todos os tipos e
272 estou recente no Conselho. Mas sempre estive em conselhos do outro lado, do
273 lado do empreendedor. Com sinceridade, nesse tempo todo, eu nunca vi assim
274 um parecer que posso chamar de ‘insano’. Porque nós vamos fechar o aterro
275 sanitário? Não vamos dar para ele o direito de renovar a licença, mas o lixo e os
276 resíduos vão continuar sendo produzidos. É isso? A palavra que eu encontrei para
277 descrever isso seria ‘farisaísmo’ ambiental, que é aquele negócio que,
278 aparentemente, é bacana, bonito, justo, mas o motivo não pode ser honesto, com
279 toda sinceridade. Isso é de uma irresponsabilidade, de uma insensatez, e eu vou
280 até utilizar uma palavra que tem em um outro parecer – de um emissário que teve
281 aqui –, que a própria Supram utilizou, que negar a renovação é uma ‘insensatez’.
282 Ou seja, por causa de alguns erros. Porque o processo de licenciamento
283 ambiental, sabidamente, não é perfeito, e a operação, às vezes, de um
284 empreendimento também, sabidamente, não é perfeita. Paramos o
285 empreendimento e então jogamos o resíduo aonde? Eu até senti falta disso, qual
286 seria a solução para isso? Eu li, em algumas partes do parecer, e vou tentar ser
287 breve também, até porque é um assunto que eu acho que já está até bem maduro.
288 Foram feitas algumas vistorias lá a respeito de algumas denúncias, e o que foi
289 encontrado lá foi um assoreamento, de tudo aquilo que foi denunciado, inclusive
290 supressão e várias coisas. É interessante assim, eles já foram autuados a respeito
291 desse assoreamento. Vamos falar o seguinte, vamos fechar então, não vai operar
292 mais, o resíduo vai continuar sendo produzido. Aqui nós sabemos o CNPJ de
293 onde está sendo assoreado, podemos ir lá e autuar. Esse resíduo que está sendo
294 produzido, que a partir de agora vai ser jogado em qualquer lugar, porque não vai

295 ter outro... Me parece que esse aterro sanitário atende toda a região
296 metropolitana. E eu já até trabalhei com ele aqui em Belo Horizonte também. Esse
297 resíduo vai ser depositado, e quem vai fiscalizar, qual aterro que vai receber? Me
298 parece que o aterro sanitário é muito mais uma necessidade da sociedade, nós
299 estamos aqui exatamente para contar coisas que precisam ser melhor explicadas,
300 melhoradas, mas não fechar o aterro sanitário. Tem uma outra parte que fala
301 assim: 'Conhecendo o aterro sanitário, a renovação da Licença de Operação deve
302 ser indeferida, sob o risco de novos impactos'. É exatamente o contrário, se fechá-
303 lo agora, o impacto vai ser maior, só que não vamos ver, só que não vai dar para
304 bater no CNPJ lá e falar assim, 'senhor, cuida dos impactos aqui'. Nós sabemos
305 aonde que está sendo gerado o impacto. É assustador achar que o resíduo vai
306 parar de ser produzido, ninguém aqui nesta Câmara vai parar de produzir resíduo,
307 ninguém. Tem um outro momento aqui em que questionam até análises de
308 Embraer, Anac, sendo que o órgão é competente. Talvez valha a pena ir lá para
309 a porta da Anac falar que eles deram um parecer errado. Mas tem muita coisa, eu
310 deixei algumas coisas anotadas, mas vou falar com sinceridade, isso aqui eu acho
311 que é até um pouco de desonestidade intelectual, eu vou pensar assim. É a
312 melhor forma de definir um parecer desse. E vou falar para os conselheiros, com
313 sinceridade, quem votar a favor de um indeferimento desse não merece ganhar
314 presente de Papai Noel." Presidente Renato Teixeira Brandão: "Só um comentário
315 sobre a sua fala. Quando analisamos um processo de revalidação, estamos
316 falando sobre o desempenho ambiental daquele empreendimento. E aí eu acho
317 que o parecer da Supram teve o objetivo de falar sobre o desempenho ambiental
318 desse empreendimento." Conselheiro Hércio Neves da Silva Júnior: "E ainda tem
319 isso, tem um parecer ambiental sobre o desempenho ambiental favorável, que o
320 órgão fez um ótimo parecer, na verdade, um ótimo parecer, muito esclarecedor."
321 Presidente Renato Teixeira Brandão: "Nós vamos ter oportunidade justamente de
322 a Supram apresentar, na sequência, a análise feita por eles com relação ao
323 desempenho ambiental do empreendimento, que está relatada no parecer, podem
324 detalhar um pouco a partir do relato de vista, para os conselheiros ficarem
325 tranquilos para fazer o encaminhamento com relação a essa renovação da
326 licença." Conselheiro Walter dos Santos Pinheiro Filho: "Eu reconheço o parecer
327 da Maria Teresa, acho que ela se esforçou, fez um bom parecer, levantou
328 questões, que devem ser analisadas. Porém, tenho que também levar em
329 consideração eu acho que um ponto que o Hércio levantou, que é a solução final,
330 que não pode ser pior do que o que já existe. Ressalto também o trabalho da
331 Supram Sul de Minas. Nós estamos sempre vendo aqui a Supram Sul de Minas
332 tendo que entrar para auxiliar as outras Suprams, me parece que se mostra uma
333 Supram sempre muito eficiente. Eu os aplaudo por isso. E alguns pontos que
334 observei, primeiro é que esse aterro ainda está com o seu prazo vigente. São 25
335 anos a partir de 2005, então teria ainda mais dez anos de operação. Se trata de
336 um aterro classificado como de resíduos não-perigosos. Está claro que as
337 condicionantes da licença anterior foram todas cumpridas e atendidas, verificadas

338 pela Supram. O aterro faz uso de água de reúso e dá uma destinação correta,
339 através de tratamento de estação de tratamento, para seus efluentes líquidos. É
340 importante também colocar que essa renovação não está autorizando qualquer
341 intervenção nova, está se tratando da área já em uso. Então eu vou votar de
342 maneira favorável, mas acho que, se a Maria Teresa fez o parecer, poderia sugerir
343 condicionantes que ela acha importantes para que essa operação seja o melhor
344 possível, sabendo que o bom é inimigo do ótimo.” Aline Campos
345 Figueiredo/professora do Instituto Federal de Minas Gerais: “Eu sou professora
346 do Instituto Federal de Minas Gerais, campus de Sabará, e pesquisadora, pelo
347 Unicamp, nesse tema de resíduos sólidos urbanos. Primeiro, eu gostaria de
348 agradecer a oportunidade de expor as minhas considerações e gostaria de
349 colocar algumas questões em relação ao aterro que eu acho que merecem um
350 cuidado maior. Eu vou fazer um breve relato, que pela Política Nacional de
351 Resíduos Sólidos os aterros sanitários fazem parte de um conjunto de ações que
352 visa minimizar os impactos ambientais provenientes do nosso consumo, do
353 consumo humano. Entretanto, a própria lei também diz que o aterro sanitário
354 deveria receber o descarte de rejeitos, ou seja, tudo que sobra daquilo que nós
355 aproveitamos, reutilizamos, reciclamos, compostamos é o que deveria ir para o
356 aterro. Só que, dentro da nossa incapacidade de gestão adequada de resíduos
357 sólidos urbanos, nós enviamos para esses aterros praticamente tudo que
358 descartamos do nosso consumo e acabamos enterrando resíduos que poderiam
359 ser transformados e reaproveitados. O que acontece é que poderíamos realmente
360 estar gerando trabalho e renda e hoje nós jogamos para o fim da linha todo esse
361 problema que nós temos proveniente de uma sociedade consumista. Esse é o
362 fato. Então, mediante essa nossa irresponsabilidade enquanto sociedade, nós
363 temos a comunidade, como os bairros de Fátima e Sobradinho, pagando caro
364 pela perda da qualidade de vida, pelo bem-estar da população. Porque, desde a
365 instalação do aterro de Macaúbas, desencadeou uma série de conflitos
366 ambientais e sociais com as comunidades do seu entorno, e o caso entrou,
367 inclusive, para o mapa de conflitos ambientais de Minas Gerais, registrado pela
368 UFMG, e também resulta em uma série de denúncias no Ministério Público. E isso
369 é algo que precisamos também considerar. Conforme a pesquisa apresentada
370 pelo parecer da Supram, 74% dos entrevistados do bairro de Fátima reclamam
371 que o mau cheiro que vem do aterro prejudica muito a qualidade de vida deles.
372 Realmente, é algo que tem várias denúncias na imprensa, e fácil, e podemos,
373 inclusive, ter acesso a isso. E nós sabemos que esse mau cheiro é proveniente
374 da decomposição desse material orgânico que vai misturado com os resíduos
375 para o aterro, e esse material orgânico corresponde a 50% daquilo que nós
376 enterramos todos os dias naquele aterro. Então 2.500 toneladas são aterradas
377 todos os dias de material orgânico que poderia ter outro destino, um destino mais
378 ambientalmente correto. Sendo assim, considerando todo esse transtorno gerado
379 para a população de Sabará, os impactos ambientais provenientes da atividade
380 do aterro sanitário, junto com a necessidade de garantir uma maior vida útil desse

381 aterro – porque construir um outro aterro significa também impactar em outro
382 lugar, de novo, e ter um impacto ambiental e social em torno de um outro local; e
383 pensando que nós precisamos ter um aterro com uma vida útil cada vez maior,
384 mas com menos impacto ambiental, eu vejo que no parecer da Supram não foi
385 colocada nenhuma condicionante de, por exemplo, ser instalada uma planta de
386 compostagem industrial no aterro. Isso faria com que, a partir dessa ação, nós
387 diminuiríamos a quantidade de lixo enterrado e também daríamos um destino
388 correto ao resíduo orgânico. Em paralelo a isso, das prefeituras também deveria
389 ser exigida a implantação efetiva de uma coleta seletiva, não é uma coisa
390 proforma, ‘0,4 % daquilo que é produzido é coleta seletiva, o restante vai para o
391 aterro’. E já entregar para esse aterro sanitário esse resíduo orgânico já
392 fracionado, para que assim pudesse então entrar com esse processo de
393 tratamento. Com essa ação, reduziria 50% do lixo enterrado, aumentaria a vida
394 do aterro sem impacto ambiental de expansão, melhoraria a qualidade de vida
395 desses vizinhos. Eu acredito que no Parecer da Supram eles minimizaram esse
396 transtorno que vem dessa comunidade, e é muito triste porque temos que ter um
397 mínimo de empatia. O que é você ter um mau cheiro dentro da sua casa 24 horas
398 por dia? E é cada vez pior, principalmente na época de verão? Então nós temos
399 que pensar que ali existe uma comunidade impactada. E por fim eu só gostaria
400 de dizer que eu não sou contra a alteração do Macaúbas, mas acredito que
401 precisamos muito, enquanto sociedade, Estado, município, melhorar essas
402 condicionantes de gestão desse aterro. Eu acho que tem muita coisa, talvez não
403 seria o caso de indeferir uma licença, mas acho que precisamos sentar – como
404 sociedade civil, como órgão de Estado – e verificar como podemos melhorar a
405 gestão e os impactos que esse aterro promove para a cidade de Sabará.”
406 Presidente Renato Teixeira Brandão: “A colocação da Aline mostra a questão da
407 política federal de resíduos e a política estadual. Eu só queria fazer um parêntese
408 e falar que o Estado tem trabalhado nesse incentivo tanto à recuperação de
409 materiais orgânicos quanto à recuperação do lixo comum, de embalagens,
410 discutindo junto aos fabricantes a logística reversa. Nós faremos, na próxima
411 reunião plenária do COPAM – a pedido até de uma das conselheiras –, uma
412 apresentação do status da logística reversa no Estado de Minas Gerais.
413 Recomendo que a Aline participe da próxima reunião. Mas existem várias ações
414 que o Estado tem feito para incentivar a implementação da coleta seletiva, da
415 segregação desses materiais e do tratamento deles. Dentro desse sentido, o
416 Estado tem feito ações, que estão disponibilizadas tanto no site da própria FEAM
417 quanto no site da SEMAD. E uma subsecretaria recentemente criada, de
418 saneamento ambiental, dentro do foco do saneamento, das novas diretrizes de
419 saneamento. E eu acho que, para fins de discussão desse processo, nós temos
420 o encaminhamento da Supram para falar um pouco sobre o que há de medidas
421 nesse empreendimento para tratamento do odor relatado pela sociedade.”
422 Riordan Vargas Alvim/Vital Engenharia: “Eu vou fazer uma apresentação breve
423 da nossa avaliação do parecer de vista, ponto a ponto do que a conselheira Maria

424 Teresa apresentou. No que diz respeito à quantidade de resíduos recebida, nós
425 cumprimos o que foi estabelecido nas licenças. No parecer de vista, chega-se a
426 mencionar que estão sendo lançados efluentes no rio das Velhas. Cabe
427 esclarecer que Macaúbas hoje não tem nenhum tipo de lançamento de efluentes
428 no rio das Velhas, os efluentes da lavagem de equipamentos que foi mencionada
429 são direcionados para uma estação de tratamento de efluentes, que faz parte
430 dessa revalidação de licença; e o efluente dessa estação é reutilizado na lavagem
431 de equipamentos. Cabe ressaltar também que está no parecer de vista que nós
432 lavamos aqui os caminhões de lixo. Nós não lavamos caminhão de lixo, os
433 caminhões não são de propriedade da Macaúbas, e, sim, dos municípios que
434 trazem os resíduos para o empreendimento. Então o que nós fazemos, a limpeza,
435 realmente, é dos equipamentos do empreendimento; são os caminhões bascula,
436 que ajudam no recobrimento dos resíduos, os equipamentos de operação, com
437 os tratores de esteiras, as escavadeiras hidráulicas, que têm até uma limpeza
438 prévia, agora na frente da operação, para depois ir para o lavador de
439 equipamentos. Outro ponto que aparece no parecer, ainda sobre efluentes, é no
440 que diz respeito ao chorume. Nós temos hoje um convênio celebrado com a
441 Copasa, grande parte do nosso chorume é transportada para tratamento ou na
442 ETE Onça ou na ETE Arrudas, de acordo com a disponibilidade da Copasa.
443 Temos também, no empreendimento, duas estações de tratamento, com a
444 tecnologia osmose reversa, e os efluentes do tratamento da osmose reversa
445 também são utilizados para umectação de vias no empreendimento. Então não
446 há nenhum tipo de lançamento de efluentes no rio das Velhas. No que diz respeito
447 a essa questão de redução de resíduos aterrados, logicamente, a empresa faz os
448 seus estudos de qualquer tecnologia que poderíamos adotar, só que entendemos
449 que esse trabalho tem que ser feito. Nós recebemos no empreendimento
450 caminhões compactadores, e o resíduo vem todo misturado. Fazer isso para uma
451 frente de triagem, tirar de uma matéria orgânica para fazer compostagem não é o
452 ideal; o ideal é que essa matéria viesse segregada para que pudéssemos
453 trabalhar no empreendimento. De qualquer forma, a matéria orgânica trazida para
454 o aterro sanitário hoje está sendo explorada através da geração de energia; 80%
455 dos drenos gás que existem no empreendimento são canalizados e geram energia
456 através de uma usina instalada no empreendimento. Temos hoje cinco motores
457 gerando 7 MW de potência; com a previsão de instalação de mais três motores.
458 Então realmente a Macaúbas não está parada no tempo, estamos buscando
459 alternativos, mas, de certa forma, precisamos desse auxílio na geração. No que
460 diz respeito à comunidade, certamente, um aterro que opera em torno de 3.500 a
461 4.000 toneladas por dia tem o odor. E como nós trabalhamos com isso? Com a
462 canalização, o encapsulamento de 80% dos drenos de gases, com a cobertura
463 diária dos resíduos. E temos também o nosso programa de educação ambiental,
464 que está corrente, e, inclusive, uma das linhas de ações são as portas abertas. O
465 aterro está de portas abertas para a comunidade, nós recebemos a comunidade
466 no empreendimento, recebemos as demandas da comunidade e trabalhamos

467 para reduzir ao máximo o impacto que nós temos no bairro de Fátima, que está
468 muito próximo do empreendimento. De certa forma, eu só queria, por fim, deixar
469 claro do que se trata esse empreendimento. É um aterro sanitário licenciado, tem
470 todos os critérios de engenharia, como impermeabilização, drenagem de chorume
471 e drenagem de biogás, cobertura. Nós operamos segundo os critérios de
472 engenharia, segundo as leis ambientais vigentes, cumprimos as condicionantes.
473 E em algum momento existem nossos erros operacionais, mas que são corrigidos
474 com métodos de engenharia. E nós atendemos hoje 20 municípios da região
475 metropolitana, cerca de 50% da quantidade total de resíduos tratados em Minas
476 Gerais. Então é um empreendimento realmente que faz a diferença na região
477 metropolitana de Minas Gerais.” Renata Fabiane Alves Dutra/Supram Sul de
478 Minas: “É muito confortável falar agora depois de toda essa explanação dos
479 demais componentes desta reunião. Então vou apenas ratificar as informações
480 aqui prestadas quanto ao entendimento do que é a atividade de que nós estamos
481 renovando a Licença de Operação e qual a modalidade da licença com que nós
482 estamos trabalhando. Trata-se de atividade de disposição de resíduos não-
483 perigosos, sólidos urbanos e industriais classe 2. Toda a lista de códigos passíveis
484 de regularização da Deliberação Normativa consta na capa do parecer. Nós
485 vemos que é um empreendimento de grande porte, que recebe não só resíduos
486 sólidos urbanos, também trabalha com resíduos da construção civil, resíduos
487 industriais não-perigosos. E tendo em vista que estamos na modalidade de
488 renovação de Licença de Operação, conforme dito, cabe a nós avaliarmos o
489 desempenho ambiental de um empreendimento que já se encontra instalado, em
490 operação e cujas fases de viabilidade locacional de instalação e Licença Prévia
491 todas já foram devidamente conduzidas. Trata-se de aterro sanitário. Hoje nós
492 temos em nível de Brasil toda uma discussão sobre a implementação do
493 saneamento ambiental nos municípios brasileiros, a dificuldade que grande parte
494 dos municípios veem, não só para trabalhar as questões de resíduos sólidos
495 urbanos, como também de tratamento de esgoto e efluente. E também
496 entendemos a dificuldade em lidar com a população sobre esses projetos. Porque
497 geramos nosso esgoto em casa, geramos nosso lixo em casa e, saiu da nossa
498 porta, já não queremos aquilo mais perto de nós. Então muitas das vezes falta
499 esse conhecimento por parte da população de como que é a operação de uma
500 estação de tratamento de esgoto e como é a operação de um aterro sanitário, que
501 muitas das vezes é confundido com um lixão ou com um aterro descontrolado. E
502 aqui nós estamos fazendo análise e julgamento de um aterro sanitário que está
503 em operação com todas as medidas de controle que a legislação e a engenharia
504 exigem. E quando falamos de aterro sanitário é a proteção das águas
505 subterrâneas, a proteção das águas superficiais e a operacionalidade do sistema,
506 afim de evitarmos situações como essa de emissão de odor e tudo mais, mas que
507 é importante frisar que acaba sendo inerente à existência do empreendimento.
508 Então, como colocado aqui, o empreendimento desenvolve, está em ação o
509 programa de educação ambiental nos moldes da última deliberação normativa do

510 Estado, que já prevê a participação não só do público interno, mas também do
511 público externo. Esse programa foi apreciado no âmbito do parecer, e consta
512 como condicionante o acompanhamento do desenvolvimento desse programa. E
513 no que diz respeito aos critérios de engenharia sobre critérios geotécnicos, de
514 segurança, já vinha no histórico do empreendimento como monitoramento
515 ambiental, e mantém nessa renovação a parte de controle dos efluentes. Ainda
516 que vejamos que o empreendimento reproduz externamente para tratamento ou
517 aquela parte que é tratada dentro do empreendimento é reutilizada, dado que eles
518 contam com sistema de tratamento em nível terciário, o que é raro de se ver hoje.
519 Também consta, em desenvolvimento no empreendimento, a questão sobre
520 potencial atrativo de avifauna. Também realiza o monitoramento, e consta como
521 condicionante a permanência desse monitoramento do empreendimento. E
522 também temos um item sobre avaliação do desempenho ambiental, em que
523 contamos com a contribuição do nosso Núcleo de Controle Ambiental, que lida,
524 especificamente, com análise de cumprimento de condicionantes, em que fizemos
525 um pente-fino em todas as condicionantes impostas na licença anterior e
526 reproduzimos isso no auto de fiscalização, atestando que, em todos os aspectos,
527 o empreendimento vem apresentando os relatórios solicitados. Tendo em vista
528 todo esse conjunto de informações, nós fomos pelo deferimento da renovação de
529 Licença de Operação. Outro ponto abordado aqui pelo Conselho e até pela
530 participante é no que diz respeito à implementação de melhorias, possibilidade de
531 redução de recebimento dos resíduos no aterro, em que ponto que o
532 empreendimento poderia contribuir nesse aspecto. Ainda que entendamos que
533 isso seja um trabalho inicial dos municípios. Afim de tentar propor algo melhor
534 nesse sentido, nós incluímos três condicionantes, que constam no Anexo 1 do
535 parecer, que tratam sobre apresentação de estudo gravimétrico para cada
536 município que destina resíduo à CTR Macaúbas. E através desse estudo
537 gravimétrico eles vão nos apresentar um relatório técnico conclusivo referente à
538 realização de triagem previamente à disposição em aterro. Então essa proposta
539 de realização de estudo gravimétrico, juntamente com relatório técnico
540 conclusivo, vem justamente nesse sentido de apontar viabilidade técnica para a
541 triagem dos resíduos, previamente, para que possamos otimizar e proporcionar
542 um aumento de vida útil dessa área, que é uma área que já carrega um passivo,
543 pois já vem operando ao longo dos anos.” Simone Vianna Teixeira/Supram Sul de
544 Minas: “Eu vim complementar só um ponto que a conselheira Maria Teresa
545 levantou. Em uma segunda lida, acho que ficou um pouco confuso, acho que vale
546 a pena uma explanação. Tem uma parte do parecer que ela apresentou no
547 parecer de vista em que ela fala sobre um auto que foi lavrado, uma multa, e eu
548 tenho a esclarecer o seguinte: aquela multa que foi citada não é relativa àquele
549 auto, é relativa ao Auto 73.500/2009, que é relativo a outro processo, que seria
550 da gleba Algodões. Nessa gleba Algodões, foi feita a fiscalização daquelas
551 denúncias, e de todas as denúncias foi observado que não tinham fundamento. E
552 o que se observou na parte de intervenção dos recursos hídricos e assoreamentos

553 foi levado em conta, e aí, sim, foi lavrado esse auto de infração, e colocadas
554 medidas ao empreendimento. Tudo que foi pedido o empreendimento cumpriu. A
555 apresentação de um plano de recuperação da APP ele cumpriu no prazo. E
556 depois, em uma segunda fiscalização, já do processo em questão, que está em
557 pauta aqui, de revalidação, o processo da gleba Domingo Lopes, verificou-se que
558 o empreendimento estava todo dentro da legislação, dentro das normas, e o fiscal
559 aproveitou e também fez a fiscalização na gleba Algodões, que seria a parte da
560 ampliação. Então esse auto de fiscalização que foi citado, na verdade, é uma
561 fiscalização que foi feita nos dois processos, tanto neste que está sendo
562 revalidado agora quanto no que será futuramente revalidado. Ele cita – para que
563 não houvesse um bis in idem, uma dupla autuação – que havia sido feita uma
564 fiscalização anterior e que a parte do assoreamento já tinha sido observada, e já
565 tinha sido autuado. Vale a pena falar que eu acho que ficou um pouco confuso.
566 Não sei se consegui esclarecer.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Foi
567 levantada a questão das condicionantes, e há uma divergência entre o parecer da
568 conselheira e o da Supram com relação às condicionantes, as condicionantes que
569 a Supram identifica como cumpridas. Então há reafirmação da Supram de que
570 essas condicionantes foram cumpridas. É isso?” Simone Vianna Teixeira/Supram
571 Sul de Minas: “Sim.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Com relação à
572 condicionante 9, que fala de um cumprimento parcial, eu gostaria que a Supram
573 explicasse o que é esse cumprimento parcial e como se deu.” Simone Vianna
574 Teixeira/Supram Sul de Minas: “Esse cumprimento parcial foi o seguinte. O
575 empreendimento vinha entregando esses relatórios fotográficos de uma forma
576 separada. Como foram muitos relatórios – porque quando veio o processo para
577 revalidar teve um acúmulo muito grande de documentos na Supram Central para
578 podermos analisar –, em determinado momento, esses relatórios começaram a
579 fazer parte de relatórios semestrais. Eu tinha colocado como observação aqueles
580 relatórios que não tinham sido entregues e considerei essa condicionante
581 cumprida parcialmente. Depois, no final da análise, percebi que simplesmente foi
582 uma modificação da forma de entregar, atendendo ao que foi pedido, ficou
583 faltando mesmo essa correção.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Então
584 mesmo na condicionante 9 foi uma questão de não identificação dos documentos
585 que foram encaminhados pela empresa. Ok. Uma segunda questão é com relação
586 ao volume total recebido. O representante do empreendimento informou que os
587 volumes que estão chegando estão dentro do que está no parecer, e essa é a
588 constatação da Supram também com relação ao volume. É isso?” Simone Vianna
589 Teixeira/Supram Sul de Minas: “Sim, agora, pela nova DN, não é mais o
590 parâmetro que utilizamos, não é mais tonelada de lixo por dia. Na parte de aterros
591 de resíduos não-perigosos, o parâmetro agora que é observado é a área útil.
592 Então esses parâmetros apresentados pelo empreendimento estão dentro.
593 Antigamente na DN 74, sim, o parâmetro observado era entrega de lixo, de
594 tonelada por dia. Hoje não faz mais sentido esse controle. Apesar de que o
595 empreendimento tem todo o controle. Eles têm uma tabela – não foi colocado no

596 parecer –, eles entregam uma tabela extensa, a tabela tem 200 linhas, em que
597 eles especificam cada prefeitura, cada empreendimento, o que é colocado, o que
598 é pesado, a média diária. Então isso é apresentado. Apesar de não estar fazendo
599 parte do escopo, porque é um material muito extenso, eles têm total controle.”
600 Presidente Renato Teixeira Brandão: “A outra questão é sobre o bairro Paciência,
601 se está ou não vinculado dentro da ADA. Qual é a percepção da Supram com
602 relação a essa questão?” Simone Vianna Teixeira/Supram Sul de Minas: “Esse
603 bairro Paciência foi colocado de fora. Na verdade, o relatório que foi apresentado,
604 o relatório de impacto de trânsito, não analisa bairro a bairro. Ficou aparecendo
605 ali porque na explanação que a consultoria apresentou a consultoria cita uma rua
606 e coloca o bairro ali meio que para situar. Não quer dizer que aqueles bairros
607 foram pesquisados e os outros foram deixados de lado. Ali se estava fazendo uma
608 análise geral. O que foi pegado ali, que foi explicitado, que foi observado pela
609 consultoria é aquela interseção da BR-262 com a rua Ubá, que é realmente o
610 gargalo ali. Ela coloca ‘foi deixado de lado’, mas não foi. Se for pegar todos os
611 empreendimentos que são geradores, todas as origens, todas as prefeituras, se
612 for considerado tudo, tudo, tudo, vai ser perceber que o volume de origem dá pela
613 262, tanto pelo lado oeste quanto pelo lado leste, e o destino é um só, é o aterro,
614 que vai pela rua Ubá. Então, se considerar ou não considerar aquele bairro, entra
615 da mesma forma que foi apresentado no estudo. Então ficou parecendo que o
616 bairro ficou colocado de lado, mas não é isso, o bairro foi considerado, sim. Mas
617 é que na análise final, o crítico que foi considerado, muito bem considerado, é a
618 262. E já estão sendo feitas intervenções na ponte sobre o rio das Velhas, na
619 chegada do aterro. Então o que foi identificado nesse relatório, está realmente
620 sendo feito ali o acesso, está sendo realmente feita uma medida para melhorar
621 esse impacto naquela circulação.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “A
622 questão da recarga hídrica também foi uma questão apontada que eu queria que
623 a Supram fizesse uma explanação. Sobre a questão da recarga hídrica e do
624 impacto.” Renata Fabiane Alves Dutra/Supram Sul de Minas: “Nós fizemos esse
625 apontamento no âmbito do parecer, tendo em vista todo o levantamento de
626 denúncias já ocorridas sobre o empreendimento, e para que pudéssemos nos
627 manifestar sobre essa pauta nós recorremos ao estudo de impacto ambiental
628 apresentado à época da Licença Prévia e de Instalação do aterro. E aí diante das
629 informações que foram obtidas no diagnóstico ambiental nós entendemos que a
630 característica do local, tendo em vista a hidrogeologia e informação sobre as
631 formações pedológicas e hidrológicas do local, não podemos afirmar que
632 contribuem negativamente para redução de produção de água no local. Então
633 foram essas as informações que nós conseguimos levantar tendo em vista o
634 estudo de impacto ambiental apresentado à época.” Presidente Renato Teixeira
635 Brandão: “E a última questão que eu queria que vocês reafirmassem é a questão
636 do mau cheiro, o que está previsto e como está sendo trabalhada essa questão.
637 Só uma reafirmação do que já foi falado, pelo que eu entendi.” Renata Fabiane
638 Alves Dutra/Supram Sul de Minas: “Esse odor é característico da atividade, e tem

639 medidas operacionais de recobrimento de área, dos sólidos e resíduos que
640 contribuem positivamente para eliminação desse mau odor. Ocorre que nós temos
641 épocas do ano em que esse controle resta mais prejudicado, estação seca,
642 estação chuvosa. Então esses registros não são constantes, eles são pontuais,
643 dependendo da situação climática do ano, da direção dos ventos e tudo mais.
644 Ocorre que nós temos um empreendimento que tem um odor característico
645 inerente, e nós temos uma população ao redor. Então é esse trabalho que o
646 empreendimento vem desenvolvendo de rotina operacional diário, no sentido de
647 conseguir mitigar ao máximo esse impacto de odor. Mas também querer atestar
648 zero odor, tendo em vista toda a característica locacional, seria algo impraticável.”
649 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Nós passamos pela maioria das
650 considerações do parecer, e eu retorno a palavra aos conselheiros perguntando
651 se, em função dos esclarecimentos prestados pela Supram, já teríamos condição
652 de tomar a decisão, de votar a licença.” Conselheira Maria Teresa Viana de
653 Freitas Corujo: “Primeiro, pedir que constem em ata as manifestações e
654 esclarecimentos do empreendedor e da equipe técnica, assim como a fala do
655 conselheiro da CMI. Eu lamento que a manifestação de um conselheiro que é de
656 uma ONG de defesa do meio ambiente tenha sido referida como ‘insana’ e de
657 ‘irresponsabilidade intelectual’, mesmo a gente vivendo o que se diz que é uma
658 democracia. Eu entendo que é legítimo se questionar o entendimento dos demais
659 conselheiros, estamos aqui como um espaço onde existem posições muitas vezes
660 contrárias. Quero dizer que nós entendemos que uma população ter que ficar com
661 esse odor permanentemente não é algo meramente pontual, em determinadas
662 épocas do ano. Provavelmente, então, quando se planejou esse aterro, que se
663 tratou da viabilidade socioambiental ou não, alguma coisa não foi devidamente
664 vista na ocasião. Porque senão nós não teríamos hoje, como no próprio Parecer
665 Único está, que quando houve o estudo de percepção socioambiental, nesses
666 locais onde houve esse estudo, mais de 70% dos entrevistados apontaram a
667 questão do odor. Falando em questão de empatia com os demais, eu fico
668 imaginando o que é uma população com cheiro de chorume de um aterro sanitário
669 permanentemente na sua casa. Eu acredito que, provavelmente, se esse aterro
670 estivesse com uma situação dessas em um outro lugar, com outro tipo de
671 população, poderia ser que nós estivéssemos aqui tratando de um indeferimento
672 de uma renovação, até que essas questões fossem equacionadas. Nós
673 repudiamos que só porque algo de repente é necessário, que é um aterro sanitário
674 para atender tantos municípios e Belo Horizonte, parte da nossa população tenha
675 que pagar o preço disso. Eu entendo que não renovar uma Licença de Operação
676 para garantir que essas questões sejam devidamente equacionadas até não ter
677 impactos é justo e é o legítimo. De qualquer forma, o que nós tínhamos para
678 colocar está no parecer. O empreendedor trouxe o seu entendimento, a Supram
679 avaliou que está tudo sem problemas, tudo na legalidade. O que eu afirmo para
680 vocês é que essas pessoas, essa população que está no entorno desse aterro
681 vive diariamente não só o volume de caminhões com esse lixo e esse cheiro

682 rodando e o cheiro que está na casa deles diariamente. Nós somos uma ONG
683 dentro de uma câmara do COPAM, e o nosso papel é a defesa do meio ambiente
684 e de direitos. Trazer isso para esta reunião não pode ser entendido como ‘insano’,
685 é um direito constitucional. Está colocado no documento, está registrado, a nossa
686 posição é essa. Se há possibilidade – e deveria ter – para garantir que essa
687 população não sofra os impactos, antes de renovar essa licença, isso tinha que
688 ser garantido, assim como a certeza absoluta em relação à questão da influência
689 da interferência nos recursos hídricos.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Só
690 lembrando que dentro da atribuição desta Presidência eu fiz questão de passar
691 pelos itens apresentados e pedir os esclarecimentos devidos da Supram para
692 contribuir com as discussões da Câmara.” Conselheiro Hércio Neves da Silva
693 Júnior: “Senhor presidente, só uma dúvida, sobre esse relatório de impacto de
694 trânsito dentro do processo ambiental. Eu nunca tinha visto isso no âmbito
695 ambiental. É um procedimento normal?” Ludmila Ladeira Alves de Brito/Supram
696 Sul de Minas: “Esse relatório de impacto de trânsito é normalmente solicitado no
697 âmbito das prefeituras, normalmente faz parte do estudo de impacto de
698 vizinhança, e parece que no processo ele foi também encaminhado à Prefeitura
699 de Sabará, por requisição da mesma. Então não é que não seja usual, mas,
700 normalmente, como tem um viés mais local, não é solicitado no licenciamento
701 estadual, e, sim, pelas prefeituras, quando solicita o estudo de impacto de
702 vizinhança. Mas é uma modalidade de estudo que pode ser solicitada caso seja
703 necessário, sim.” Conselheiro Hércio Neves da Silva Júnior: “Era só isso, porque
704 geralmente vemos mais em âmbito realmente urbano, onde o impacto maior é o
705 tráfego.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Mas a Ludmila esclareceu que
706 pode ser considerado um estudo ambiental, que, eventualmente, dependendo do
707 porte do empreendimento, pode ser solicitado.” **6.3) Prefeitura Municipal de**
708 **Monte Carmelo. ETE Monte Carmelo. Estação de tratamento de esgoto**
709 **sanitário; interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto. Monte**
710 **Carmelo/MG. PA 15384/2006/003/2019. Classe: 4 (conforme Lei nº**
711 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Triângulo**
712 **Mineiro. Renovação de licença aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
713 **Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Cohab, Codemig, Crea, CMI,**
714 **Sicepot, Angá, Abenc e Uemg. Abstenção: Appa. Justificativa de abstenção.**
715 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós não conseguimos contato
716 com organização ou cidadãos atuantes na região para poderem contribuir com a
717 avaliação desse processo.” **6.4) Barra do Braúna Energética S/A. UHE Barra**
718 **do Braúna. Sistemas de geração de energia hidrelétrica, exceto Central**
719 **Geradora Hidrelétrica - CGH. Recreio, Laranjal, Cataguases e**
720 **Leopoldina/MG. PA/SLA 1542/2020. Classe 5. Apresentação: Supram Zona**
721 **da Mata. Renovação de licença aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
722 **Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Cohab, Codemig, Crea, CMI,**
723 **Sicepot, Angá, Abenc e Uemg. Ausência: Appa. 7) PROCESSO**
724 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECONSIDERAÇÃO PARA EXCLUSÃO**

725 **E ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES. 7.1) Consórcio Capim Branco**
726 **Energia. CCBE/UHE Amador Aguiar I e II. Barragens de geração de energia**
727 **hidrelétrica. Uberlândia, Araguari e Indianópolis/MG. PA**
728 **00024/1988/006/2009 e PA 00024/1988/007/2010. Classe: 6. Apresentação:**
729 **Supram Triângulo Mineiro.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do
730 Sicepot e vista conjunta de CMI e Angá. **8) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL**
731 **PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA**
732 **DE ENERGIA, TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO (CIF) DO**
733 **COPAM PARA O ANO DE 2021. Apresentação: SEMAD.** Aprovada por
734 unanimidade a agenda de reuniões da Câmara de Atividades de Infraestrutura de
735 Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização para 2021, nos termos da
736 proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
737 Codemig, Crea, CMI, Sicepot, Appa, Angá e Abenc. Ausências: Cohab e Uemg.
738 **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
739 presidente Renato Teixeira Brandão agradeceu a presença de todos e declarou
740 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

741
742 **APROVAÇÃO DA ATA**

743
744
745 **Renato Teixeira Brandão**
746 **Presidente da Câmara de Atividades de Infraestrutura**
747 **de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização**